

**Parecer nº 98/98**

Data: 1998.07.29

Processo nº 405

**Requerente:** Director Regional de Agricultura de Trás-os-Montes do MADRP  
(Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas).

Dirigiu o Director Regional de Agricultura de Trás-os-Montes um pedido de Parecer à Comissão no sentido desta vir a esclarecer se informação respeitante a explorações de animais ou detentores de animais constante de registos daquela Direcção Regional poderia ser fornecida a terceiros.

De facto a Caixa de Crédito de Agrícola Mútuo de Moimenta da Beira solicitou confirmação se existe algum registo relativo ao efectivo de ovelhas de propriedade ou exploradas pela Sra. D. Emília Marques.

I

Identificação e registo de ovelhas

Em Portugal, nas pisadas do regime comum estabelecido na União Europeia, através da Directiva nº 92/102/CEE, do Conselho de 27 de Novembro veio a ser criado um sistema de identificação e registo de animais, previsto na Portaria nº 243/94 de 18 de Abril. De tal registo consta nomeadamente, a identificação da exploração ou de detentor dos animais, bem como o número de animais presentes na exploração (quanto aos ovinos e caprinos os registos respeitam ao nº de animais presentes em cada ano, o assento do nº de fêmeas com mais de 12 meses de idade ou que tenham parido antes dessa idade, as deslocações da origem e destino dos animais e data das deslocações, cfr. artigo 5º da citada Portaria).

Trata-se de medidas comuns que visam não apenas o mero registo de animais no espaço da UE, mas também a recolha de informações que permitam uma fiscalização

sanitária adequada, dando ao mesmo tempo mais garantias aos consumidores quanto à proveniência dos produtos comercializados.

## II

### O segredo comercial, industrial ou sobre a vida interna das empresas

A Lei nº 65/93 de 26 de Agosto (lei de Acesso aos Documentos da Administração) quis salvaguardar, do direito de acesso universal, determinados documentos em posse da administração, que pudessem vir a revelar segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas, conforme resulta do artigo 10º daquela lei ( na redacção dada pela Lei nº 8/95 de 29 de Março), dando à administração o poder de recusar o acesso a essas informações. Nestas se devem incluir também informações quanto à actividade agrícola e, especificamente à actividade pecuária.

A informação existente no Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola respeitante à identificação e registo de animais é, pela sua natureza e finalidade, documentação administrativa, nos termos e para efeitos do nº 1 alínea a) do artigo 4º da Lei nº 65/93. Essa informação e tais dados são a todos acessíveis (nos termos do artigo 7º nº 1 da mesma lei). É assim quanto ao proprietário da exploração, local e tipo de efectivos que explora (ovinos, caprinos, suínos ou bovinos).

Mas não constituirá o número de animais de cada exploração um segredo a não revelar por se incluir numa esfera de actividade que corresponde a um resultado de uma determinada forma de produção animal ? O nosso entendimento é negativo, o que corresponde a dizer que a informação do “número de animais” e “espécie de animais” não é um dado susceptível de se incluir no segredo da exploração e produção. Veja-se que outras informações, que podem ser recolhidas pelos serviços, no âmbito das suas actividades, podem vir a ser recusadas com tal fundamento: por exemplo, as raças que possui, a produção anual (nº de ovinos nascidos e comercializados), locais de deslocação etc. que sendo de obrigatória declaração ou de fiscalização conveniente por parte dos organismos estaduais, podem vir a não ser facultadas a terceiros, por se inserirem numa fatia de informações da actividade económica e financeira de um

determinado proprietário ou até de informações de boas práticas de alimentação ou de gestão de efectivos, cujo conhecimento poderia levar a práticas de concorrência desleal.

Mas não é este o caso. A instituição financeira apenas pretende aceder ao número de efectivos detidos.

### III

#### Conclusão

A CADA é de Parecer que as informações relativas ao nome do proprietário, da exploração ou do detentor de animais, sua localização, bem como o número e espécie de animais, registados nos termos da Portaria nº 243/94 de 18 de Abril, constituem documentos administrativos, nos termos e para os efeitos do artigo 4º nº 1 alínea a) da Lei nº 65/93, sendo a todos acessíveis de acordo com o artigo 7º nº 1 da lei citada. Nestes termos nada obsta a que seja comunicado à Caixa Agrícola o número de ovelhas da exploração identificada.

Lisboa, 29 de Julho de 1998

*João Labescat* (Relator) – *José Magalhães - Silva Marques* – *Narana Coissoró - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves* – *Gameiro dos Santos –Branca do Amaral - Castro Martins* (Presidente)